

É bomba! É tiro! É violência! A guerra às drogas na Cracolândia paulistana*

Paola de Oliveira Camargo¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9169-7602>

Michele Mandagará de Oliveira¹

 <https://orcid.org/0000-0002-7914-9339>

Duília Sadrês Carvalho Lemos^{1,2}

 <https://orcid.org/0000-0002-6561-1561>

Camila Irigónhê Ramos^{1,2}

 <https://orcid.org/0000-0001-8593-1397>

Objetivo: analisar e promover uma reflexão sobre a relação estabelecida entre a polícia, as pessoas e o território onde são utilizadas substâncias psicoativas. **Método:** realizou-se uma pesquisa etnográfica a partir de observação participante com a construção de diário de campo. Os participantes da observação foram as pessoas que fazem uso de drogas nas cenas de uso e/ou que frequentam a Organização Não Governamental participante do estudo e os agentes redutores de danos da mesma. O estudo foi desenvolvido em 2018 na cidade de São Paulo. Para a análise dos dados, utilizou-se a Teoria Interpretativa. **Resultados:** a violência policial está presente diariamente na vida das pessoas que estão dentro do fluxo da Cracolândia. Todos sofrem com os atos violentos: as pessoas que usam drogas, os agentes redutores de danos e até mesmo os profissionais que estão lá para promover saúde e cuidado. Há tiros, bombas e repressão, mas, mesmo assim, a resistência persiste. **Conclusão:** no território da Cracolândia persiste a guerra às drogas. Essa política de Estado higienista e separatista faz com que as pessoas que usam drogas estejam cada vez mais excluídas da sociedade, sem direitos e sem cuidado.

Descritores: Cocaína Crack; Violência; Políticas Públicas; Prevenção de Doenças; Promoção da Saúde.

* Artigo extraído da tese de doutorado "Entre trocos e trocas: uma etnografia das relações entre redutores de danos e pessoas que usam drogas na região central da cidade de São Paulo", apresentada à Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Enfermagem, Pelotas, RS, Brasil.

¹ Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Enfermagem, Pelotas, RS, Brasil.

² Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

Como citar este artigo

Camargo PO, Oliveira MM, Lemos DSC, Ramos CI. It's a bomb! It's a shot! It's violence! Drug wars in the *Cracolândia paulistana*. SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2022 jan.-mar.;18(1):57-67. doi: <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2022.176562>

It's a bomb! It's a shot! It's violence! Drug wars in the *Cracolândia paulistana*

Objective: to analyze and promote reflection on the relationship between the police, the people and the territory where psychoactive substances are used. **Method:** an ethnography search was carried out from participant observation with the construction of a field diary. The participants of the observation were the people who use drugs in the scenes of use and/or who attend the Non-Governmental Organization participating in the study and the harm reduction agents of the same. The study was developed in 2018 in the city of São Paulo. For data analysis, the Interpretive Theory was used. **Results:** police violence is present daily in the lives of the people who are inside the flow of Cracolândia. Everyone suffers with the violent acts: the people who use drugs, the harm reduction agents, and even the professionals who are there to promote health and care. There are shots, bombs and repression, but even so, resistance persists. **Conclusion:** in the territory of Cracolândia, the war on drugs persists. This hygienist and separatist state policy makes people who use drugs increasingly excluded from society, without rights and without care.

Descriptors: Crack Cocaine; Violence; Public Policy; Disease Prevention; Health Promotion.

¡Es bomba! ¡Es un tiro! ¡Es violencia! La guerra contra las drogas en la *Cracolândia paulistana*

Objetivo: analizar y promover una reflexión sobre la relación que se establece entre la policía, las personas y el territorio donde se utilizan sustancias psicoactivas. **Método:** se realizó una investigación etnográfica con la observación participante e la construcción de un diario de campo. Los participantes de la observación fueron personas que consumen drogas en los escenarios de consumo y/o que asisten la Organización No Gubernamental y los agentes reductores de daños de la misma. El estudio se desarrolló en 2018 en el estado de São Paulo. Para el análisis de datos se utilizó la Teoría Interpretativa. **Resultados:** la violencia policial está presente a diario en la vida de las personas que se encuentran dentro del flujo de *Cracolândia*. Todo el mundo sufre actos violentos, las personas que están ahí consumiendo drogas, los agentes reductores de daños y otras personas que están ahí promoviendo la salud, la atención. Hay tiros, bombas y represión, pero sin embargo persevera la resistencia. **Conclusión:** en el territorio de *Cracolândia* persiste la guerra contra las drogas. Esa política de Estado higiénica y separatista hace que las personas que consumen drogas estén cada vez más al margen de la sociedad, sin derechos y sin cuidados.

Descriptor: Cocaína Crack; Violencia; Política Pública; Prevención de Enfermedades; Promoción de la Salud.

Introdução

As políticas sociais e econômicas estão em contínua transformação. O uso abusivo de substâncias psicoativas, no cenário nacional, tem preocupado cada vez mais todas as esferas da sociedade, tornando-se um problema de saúde pública e social que é agravado pela inadequação de políticas que pensem nas pessoas que usam drogas de forma integral e humanizada, com respeito e segurança⁽¹⁾.

O *crack* é considerado uma droga perigosa ao ponto de se acreditar que é a pedra quem consome a pessoa e não a pessoa quem consome a pedra. Com essas expressões, o *crack* é cada vez mais usado para justificar o aumento da violência e da criminalidade em quase todas as regiões do país e também ao redor do mundo⁽²⁾. Pela constante estigmatização, os usuários de *crack* acabam por escolher consumir a substância em grupo e em lugares específicos, muitas vezes como uma forma de proteção em relação ao preconceito que sofrem⁽³⁻⁴⁾.

Um desses lugares são as "cracolândias", derivadas do termo Cracolândia, o qual ganhou uma conotação tão estigmatizada que foi se estendendo da região central de São Paulo para caracterizar qualquer lugar onde haja um grupo de pessoas que façam uso de drogas. Muitas cidades já denominam como "cracolândias" vários espaços onde se encontram pessoas em situação de rua ou usuários de drogas reunidos, locais insalubres ou de extrema pobreza. As "cracolândias" tornaram-se locais permeados por estigma e as pessoas que os frequentam tornam-se, para a sociedade, sujeitos invisíveis de qualquer outro ponto de vista que não seja o do preconceito e o da desumanização⁽⁵⁾.

Em pesquisa oficial sobre o *crack* no país, coordenada pela Fiocruz, foram contabilizadas e divulgadas, pelo menos, 29 grandes "cracolândias" espalhadas por 17 capitais brasileiras⁽⁶⁾. A Cracolândia constitui-se como um dos maiores territórios psicotrópicos de São Paulo e do Brasil no qual o uso de *crack* e outras drogas ocorre 24 horas por dia e de forma já territorializada⁽⁷⁾. Além da questão do uso de *crack*, a Cracolândia também é permeada por um histórico de miséria e exclusão⁽⁶⁾. As forças estatais, representadas aqui pela polícia, estão em constante vigília e repressão.

Na Cracolândia encontram-se os mais diversos atores e interesses sociais, que, amarrados nessa territorialidade, vão tecendo e estabelecendo relações, construindo conexões e ligando pontos; um lugar de pessoas em situação de exclusão social que compõem o exército de sujeitos descartáveis ao sistema, aparentemente, porém, necessários para a manutenção dele⁽⁸⁻⁹⁾. A Cracolândia é descrita como um território largado e abandonado, afastado do totalmente aceito, porém, permeado por relações e noções de pertencimento⁽¹⁰⁾. Em São Paulo, os usuários de *crack* mais abusivos são chamados de "nóias"

e encontram-se na Cracolândia, mais especificamente em meio ao "fluxo".

O fluxo é um aglomerado de pessoas, uma alusão ao contexto positivo de diversão e festa, pois é o nome dado aos bailes *funks* de rua de São Paulo. O fluxo seria o espaço menor, uma "parte" da Cracolândia, o local onde tudo acontece. Não apenas como um recorte territorial, mas o fluxo se constitui como um local de relações com e no território. É a ocupação do espaço onde há as trocas e relações; mais do que um espaço de concentração de pessoas, é um emaranhado de nós e infinitas interações e movimentos⁽¹¹⁾.

O Estado tenta tratar a questão do uso de drogas por meio de ações de limpeza e repressão. Isso não faz com que termine o consumo ou não existam mais usuários, apenas potencializa o estigma e dificulta o acesso dos mesmos aos serviços. Essa guerra às drogas invisibiliza as pessoas que usam drogas e as colocam ainda mais em situação de risco⁽¹²⁾. A Política de Criminalização do consumo não conseguiu, até os dias atuais, atingir o seu objetivo, que é a diminuição da oferta e do consumo da droga, gerando, assim, consequências de riscos à saúde dos usuários, tanto física, como psíquica, em especial, quando os mesmos se encontram envolvidos pelo mundo do tráfico e das ações policiais.

As políticas antidrogas tiveram suas bases no período ditatorial. O processo de abertura da política sobre drogas no Brasil foi lento e acompanhado de arranjos na esfera macropolítica que permitiram que práticas autoritárias e ditatoriais se mantivessem, mesmo dentro do próprio Estado Democrático. A "guerra às drogas" forma-se por inúmeras razões, desde o fracasso econômico da década de 80, o desemprego que assolava o país, o sucateamento da educação pública, a precarização da educação das crianças e jovens, o aumento da violência urbana, o crescimento das favelas e periferias, o forte tráfico de drogas e a formação de facções que enfrentavam e traçavam um embate direto com a polícia, assim como o mercado de armas e o aumento da criminalidade⁽¹³⁾.

Nesse cenário, a "guerra às drogas" torna-se um exercício de controle social permeado pelo poder e pela violência policial e estatal. Ao focalizar esforços para combater o tráfico, a polícia assume a função de controle das classes mais vulneráveis. Práticas da ditadura, como a tortura, por exemplo, passam a ser exercidas sobre a população mais pobre, mediante uma extrema repressão e poder, com a justificativa de defesa da democracia e extermínio do consumo de drogas no país, práticas essas que ainda são utilizadas até hoje e que serão relatadas neste artigo⁽¹³⁾.

A partir disso, compreende-se o impacto do estigma na identidade de pessoas que fazem uso de drogas e, assim, reforça-se o quanto as políticas proibicionistas são ineficazes⁽¹⁴⁻¹⁵⁾. Diante do exposto e frente à importância

da temática em questão, o objetivo deste artigo é analisar e refletir sobre o impacto da violência policial no território da Cracolândia.

Método

Trata-se de um estudo etnográfico, de natureza qualitativa, desenvolvido a partir da observação participante, da construção de diários de campo e de entrevistas etnográficas. "Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia"⁽¹⁶⁾. Fazer etnografia é realizar uma descrição densa do trabalho de campo, fugindo da análise superficial dos fatos e mergulhando em uma interpretação complexa e profunda de tudo que é produzido, percebido e sentido em campo.

O estudo foi realizado na região central da cidade de São Paulo (SP), nos espaços em que uma Organização Não Governamental (ONG) atua e que são frequentados por pessoas que fazem uso de drogas e/ou estão em situação de rua. Os participantes foram pessoas que fazem uso de drogas nas cenas de uso e/ou que frequentam a referida ONG e os agentes redutores de danos da mesma. Para garantir o anonimato dos participantes, identificaram-se as pessoas que fazem uso de *crack* por nomes de estrelas; os agentes redutores de danos, por apelidos não binários e os outros atores sociais, presentes no território, tiveram seus nomes substituídos por outros fictícios.

A coleta de dados teve duração de seis meses, durante os meses de março a agosto de 2018, totalizando, em média, 60 dias em campo e mais de 300 horas de observação, o que resultou em 450 páginas de diários de campo. O diário de campo torna-se indispensável durante as observações para registrar o que é observado e poderia perder-se em função da densidade das informações no momento da coleta⁽¹⁷⁾.

A análise dos dados ocorreu concomitantemente ao trabalho de campo por meio da leitura detalhada do diário de campo e das transcrições das entrevistas realizadas. Foi utilizado o Interpretativismo ou a Teoria Interpretativa escrita por Clifford Geertz. Realizar uma análise a partir da Teoria Interpretativa não é interpretar apenas as visões de mundo que os pesquisados passam ao pesquisador, pois uma boa interpretação necessita da essência daquilo que se dispõe a interpretar, seja uma cultura, um grupo, um território. Para que se obtenha o entendimento de uma cultura ou sociedade, é necessário observar a sua existência e funcionamento. Para interpretar, são imprescindíveis a aproximação com o real e as observações dos sinais que são oferecidos⁽¹⁶⁾.

A partir da Teoria Interpretativa, consegue-se realizar uma análise que vai além do objeto de estudo, mas que penetra em seu corpo. Esse tipo de análise facilita a compreensão dos signos e significados e, para realizar a sua escrita, o pesquisador precisa ser capaz de

sentir tudo o que se encontra ao seu redor. É necessário vivenciar e interpretar os fatos para, somente depois, tirar suas conclusões e interpretações, entrelaçando essas questões. As formas da sociedade são as substâncias da cultura e quando se conhece como vivem e se relacionam os indivíduos ou seus grupos, se é capaz de realizar a interpretação de sua cultura e significados⁽¹⁶⁾.

Na Teoria Interpretativa, não é somente o encontro intersubjetivo entre pesquisador e participantes da pesquisa que deve ser considerado, mas também o contexto desse encontro e do processo de construção das interpretações. Interpretar não é somente decodificar os símbolos partilhados pelos indivíduos, mas analisá-los e refletir sobre eles⁽¹⁶⁾.

O projeto foi encaminhado à Plataforma Brasil para a escolha do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e aprovado com o número do Parecer 2.446.542 no ano de 2018. Os princípios éticos considerados para a elaboração desta tese foram ao encontro da Resolução nº 466/2012* do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, sobre Pesquisas com Seres Humanos.

Resultados

A violência policial no território da Cracolândia pode ser observada nos trechos do diário de campo de um dos dias mais violentos vivenciados durante a pesquisa, o dia 14 de julho de 2018. Dia de bombas, tiro e morte, a evidência do terror da violência policial neste território era o dia 14 de julho de 2018 quando a cena a seguir aconteceu.

Pouco mais de 17h, escutamos um barulho, era um estouro abafado: Boom! Bete falou: "É bomba!" Elias respondeu: "Não, bomba é boom, boom, boom!" E, antes mesmo que ele terminasse de falar, mais cinco estouros. Eram bombas e vinham do fluxo. Então, entramos no fluxo... Os usuários estavam, em sua maioria, no Largo Coração de Jesus e na Barão de Piracicaba. Amontoados, assustados. Encontramos alguns bem machucados, feridas abertas dos disparos (poderia ter acontecido igual conosco), conversamos com algumas pessoas, que relataram que os policiais começaram a ação sem motivo nenhum. De fora, a população gritava que havia uma pessoa morta, que tinha sido omissão de socorro. Os moradores estavam indignados, xingavam a polícia, chamavam de assassinos, afirmavam que o homem estava morto. Uma das meninas do coletivo foi até o local e pediu informações; foi comprovado o óbito. A cena: três policiais em pé ao lado do corpo, chega um caminhão dos bombeiros, enrolam o corpo e levam embora. O caminhão foi embora levando o corpo de uma pessoa que, provavelmente, não fará falta para a sociedade, pois, para o Estado, era somente mais um nóia (Diário de Campo).

* A Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética tais como a autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

A próxima observação descreve um momento de resistência de um usuário perante o cordão policial, denunciando, da sua maneira, a violência que sofre diariamente.

O usuário, então, simplesmente, se virou e seguiu gritando de frente para a Guarda Civil Metropolitana (GCM) (que, nesse momento, ainda estava fazendo o cordão humano de fechamento da rua). Mais cedo, também teve outro usuário, que, sem camisa e com uma garrafa de Corote na mão, ficou durante mais de meia hora gritando e fazendo encenações corporais de frente para as viaturas e policiais. Muitas vezes, essas atitudes são a forma de resistência que os usuários encontram para lidar com tamanha opressão policial que enfrentam diariamente. Ficar ali, de peito aberto, encarando aqueles policiais, pode ser a única maneira de extravasar toda a violência que sofrem no cotidiano da vida. A relação polícia e fluxo é uma relação de violência por parte dos órgãos policiais e de resistência por parte dos usuários (Diário de Campo).

O próximo trecho descreve a realidade da repressão policial até mesmo para com os profissionais que atuam na lógica da redução de danos. Neste dia, interpelaram-se e questionaram-se os pesquisadores duas vezes pelos guardas municipais que fazem “a segurança” do território. Para eles, conforme o relato abaixo, o cuidado pautado na Redução de Danos era apologia às drogas.

Na verdade, foram duas abordagens: primeiro, um GCM, que havia tirado fotos nossas, foi conversar com Ka e saber o que estávamos distribuindo, tirando fotos também dos insumos. Eu, inclusive, observei esse momento, me chamou atenção quando percebi que o Ka estava conversando com um policial. Eu e Bê estávamos juntos aos usuários, por isso, não era possível, naquele momento, saber exatamente o que estava acontecendo, apenas conseguia observar que o policial segurava o celular na mão, enquanto Ka mostrava os insumos que havia na cartucheira. Mais tarde, outro GCM abordou nós três, ali mesmo no meio do fluxo, para perguntar o que estávamos entregando para os usuários. Fomos respondendo, os três juntos (eu, Bê e Ka), que eram preservativos, folhetos, manteigas de cacau e piteiras de silicone. Quando falamos das piteiras, que começou a discussão (não foi discussão no sentido de briga, mas de realmente discutir as políticas públicas e debater sobre o assunto). O GCM falou que não poderíamos distribuir as piteiras, que os preservativos, tudo bem, eram para proteger doenças e gravidez, que até mesmo as manteigas de cacau, embora eles não merecessem, também era uma forma de proteção, mas que as piteiras era ilegal, era apologia às drogas. Falou que tinham prendido um rapaz, dias atrás, que estava vendendo antena para fazer cachimbo e que entregar piteiras era como se fosse a mesma situação (ele, claramente, quis dizer que poderíamos ser presos) (Diário de Campo).

Não há muitos avanços em relação à dicotomia entre saúde e segurança/justiça, pois são esferas que priorizam e defendem ideais diferentes em relação ao uso de drogas e ao cuidado aos usuários, o que resulta em muitos

entraves e retrocessos na implementação das políticas públicas voltadas a esta população. Precisa-se de fazer uma reflexão que caminhe esse lado da dualidade entre cuidado e violência. Ambos são profissionais, redutores e policiais. O que difere tanto um do outro? Por que um se dispõe a entrar no território e cuidar/proteger e o outro mantém-se nas beiradas oprimindo e machucando?

Outros atores sociais, presentes no território, também sofrem com a violência policial, especialmente aqueles que escolhem estar do lado de dentro do fluxo, ou seja, do lado dos usuários. O relato a seguir traz uma descrição de um dia em campo em que se presenciou o “irmão do pão” sendo reprimido pelos policiais. Nem a religião é respeitada. Se ela estiver a defender o fluxo, as forças policiais passam como bombas (literalmente) em cima de todos que estão do lado do cuidado e da humanização. No trecho a seguir, que descreve uma situação que ocorreu em meio à Festa Junina promovida pelos profissionais e ativistas do território, observou-se, mais uma vez, a violência gratuita que era presenciada diariamente durante todo o período em campo. O “irmão do pão” é um religioso que atua há muitos anos na região distribuindo alimentos, oferecendo também sua escuta e cuidado às pessoas que usam drogas e/ou estão em situação de rua naquele território.

O irmão do pão pediu para Ju o alto-falante e saiu gritando suas orações. Eu comentei que, daqui a pouco, os guardas iriam se incomodar, já que haviam discutido com ele mais cedo e, de certa forma, ele estava provocando, gritando ainda mais alto com o alto-falante. Ju e Lu falaram que não, que ele era pastor e que, pelo menos, ele, os guardas deviam respeitar. Eu falei que duvidava muito e não demorou para que o mesmo guarda, que veio pedir para que a gente saísse na hora da limpeza, viesse pedir para a gente retirar o alto-falante do pastor. Eu apenas olhei para os guris e balancei a cabeça, pois, realmente, a polícia, naquele território, é totalmente opressora. Não há como descrever de outra maneira: eles não respeitam os profissionais de saúde, da assistência social, as equipes religiosas, militância e ninguém que vá até lá para ficar ao lado dos direitos dos usuários. Uma menina chegou pedindo pão ao pastor, que nos devolveu o alto-falante e saiu com ela gritando em direção ao fluxo, dizendo que tinha pão sim, tinha pão, tinha Deus e que ninguém iria o calar e impedir de fazer seu trabalho (Diário de Campo).

As próximas observações irão descrever e analisar a dinâmica da limpeza, do “rapa” e do impacto dessa higienização e repressão no fluxo e no cuidado aos usuários. A limpeza urbana da cidade de São Paulo, no momento da coleta de dados, era realizada por uma empresa terceirizada e que prestava trabalho para a prefeitura da cidade. Na região da Cracolândia, esse momento era acompanhado pela Guarda Civil Metropolitana (GCM), que organizava toda a dinâmica da limpeza, do fechamento e abertura das ruas no território. No trecho abaixo, está descrito o primeiro dia em campo

em que foi possível acompanhar o momento exato em que a limpeza das ruas acontecia, seguida da violência e opressão policial.

Hoje, consegui acompanhar toda a dinâmica da limpeza, que eu ainda não havia visto. A tal limpeza acontece quatro vezes ao dia, às 7h, 10h, 14 e meia-noite. Aos poucos, todos que estão na praça do Cachimbo vão se encaminhando para a outra quadra da Helvétia, entre a Dino Bueno e a Barão de Piracicaba. Alguns passam sozinhos, outros, em grupos (que é mais raro), outros, carregando sacos e bolsas nas costas, puxando tapetes ou panos com sacolas e malas em cima, outros, carregando carrinhos de feira, puxando malas velhas, carregando caixas e caixas. Eles fazem essa travessia carregando tudo que possuem consigo, seja roupa, comida, o que usam para montar seus barracos, os objetos que vendem para juntar dinheiro. É uma dinâmica bem peculiar: durante cerca de uma hora, eles fazem essa movimentação da praça do Cachimbo e da quadra do Recomeço (onde estávamos) para a outra quadra para que o caminhão da limpeza e os garis possam realizar a varrição e a limpeza com jatos de água. Nisso, eles passam pela polícia e vão se aglomerando na outra quadra onde o fluxo fica até o término da limpeza. Poucas pessoas ficam na quadra do Recomeço e na praça do Cachimbo não tem mais ninguém. Quem insiste em ficar é retirado pela GCM para que a limpeza possa ocorrer. É uma dinâmica bizarra de higienização em pleno século XXI e que ocorre quatro vezes ao dia, sendo exatamente nesses momentos (em especial, às 7h e à meia-noite) que ocorrem as maiores e mais violentas ações policiais, exatamente quando não há ninguém de fora para cuidar, filmar, denunciar. Os usuários já estão acostumados e agem naturalmente: a maioria se encaminha por conta própria de uma quadra a outra quando o caminhão da limpeza se aproxima. Essa rotina já faz parte da vida deles, do cotidiano do território e, como robôs treinados, eles vão, aos poucos, se movimentando e formando outro fluxo na quadra adiante. Era nessa caminhada que muitos paravam onde a equipe estava, pegavam os materiais e, principalmente, tomavam água. Um dos policiais da GCM veio até nós perguntando até quando ficaríamos ali. Lu respondeu que até o final da tarde. O guarda então disse que era melhor a gente sair daquele local e ir para outro lugar. Marcelo disse que não, que ficaríamos ali para pegar a volta da limpeza. O guarda retrucou dizendo que o fluxo poderia virar e sobrar para gente. Lu disse que agradecia a preocupação, mas que íamos ficar ali e ali ficamos (Diário de Campo).

Discussão

As políticas de segurança e de saúde pública, muitas vezes, não conseguem alcançar, de maneira integral, o cuidado das pessoas que utilizam substâncias psicoativas. Além disso, as drogas ilícitas, principalmente o *crack*, são frequentemente associadas a algo ruim, sujo e diabólico. Esses fatos, associados à cultura higienista, fazem com que espaços como a Cracolândia e as pessoas que por lá circulam sejam vistos como algo que deve ser “limpo”,

tornando-se, desse modo, socialmente aceitos. Para isso acontecer, são utilizadas a força: a violência policial.

A Cracolândia configura-se como um local onde os usuários estreitam laços afetivos e sociais, assim como de proteção e cuidado. As pessoas que lá se encontram, de certa forma, mantêm uma relação afetiva com o território, uma relação de pertencimento ao lugar⁽¹⁸⁾. A região conhecida como Cracolândia Paulista situa-se próxima a duas estações de trem e à antiga rodoviária de São Paulo. Rodeada por hotéis de baixíssimo custo, a região e suas adjacências recebem um fluxo grande de pessoas que utilizam os trens suburbanos, ficando conhecidas, por muitos, como território de uso de psicotrópicos. Muitas pessoas que usam drogas e por ali circulam não fixam residência no local e encontram-se em situação de rua, tornando-se um espaço de trânsito para muitos usuários e outros atores sociais. O espaço da Cracolândia é um espaço público em praticamente toda a sua extensão. As pessoas que ali se encontram realizam a maioria das suas tarefas na rua, expostas a quem passar, reforçando, de certa forma, o estigma da região como unicamente de identidade de uso de drogas^(10,19).

Em 1879, o bairro da Luz surgiu como área residencial no intuito de instaurar a elite cafeeira paulista naquela região. Porém, com a crise do café, em 1929, e o crescimento urbano ocorrido na época, o local começou também a ser habitado por pessoas de baixa renda⁽⁶⁻²⁰⁾. Em 1953, a área passa a ser considerada de degradação moral e recebe a primeira intervenção do governo, na época, liderado por Lucas Nogueira Garcez. Em 1961 é inaugurada a antiga estação rodoviária na região e, já naquela época, não havia mais nenhuma identidade da área como aristocrática e burguesa. Em 1982, com o deslocamento da rodoviária para outra área, a marginalização na região torna-se cada vez mais forte⁽²⁰⁾.

Desde então, muitas ações são insistentemente realizadas pela prefeitura para acabar com a região como local de consumo de drogas. Desde o final da década de 1980, várias políticas municipais são criadas com o foco de transformar o Bairro da Luz em área cultural. Prédios históricos foram sendo restaurados, instituições culturais, abertas, teatros, inaugurados, entre outras ações, como forma de valorizar a área e trazer de volta a população de classe média e alta a circular na região⁽¹⁰⁻¹¹⁾.

Essas ações de revitalização, higienização e remoções ainda ocorrem, ano após ano. Demolições e fechamentos de comércios e hotéis também ocorreram durante outras pesquisas e são relatados em outros trabalhos^(18,21). Durante a coleta de dados desta pesquisa, no ano de 2018, foi possível acompanhar mais uma das incansáveis tentativas do Estado de retirar tudo e todos que são indesejáveis da região, sempre com um objetivo maior e mais lucrativo para o Governo e para a sociedade privada. Agora, a bola da vez era a construção de uma unidade

do Hospital Pérola Byington, mesmo que isso custasse os direitos à moradia e dignidade de inúmeras famílias. Um dos projetos realizados na região, em 2005, pelo prefeito José Serra e denominado como “Nova Luz”, partia de um pensamento higienista e aristocrata e desencadeou uma série de ações violentas e intervenções repressivas contra as pessoas que viviam e circulavam naquela região. Uma dessas ações foi a “Operação Limpa”. De forma truculenta, a ação visava a expulsar as pessoas que usavam drogas das ruas, a fechar os hotéis da região e a interditar bares e locais frequentados pela população. Essas ações justificariam uma iniciativa de requalificação urbana daquele território. Porém, mesmo com a tentativa de expulsão e controle, as pessoas mantiveram-se resistentes, apenas modificando seus circuitos de uso e sua circulação pelas ruas, deslocando-se para outros quarteirões, mas sem sair da região^(10,19,21).

Em 2008, ocorre outra grande ação de revitalização. Órgãos públicos são transferidos para a região e são oferecidos incentivos fiscais para empresas que quisessem investir no local, em uma tentativa de limpeza da área e incentivo a novos investidores. Prédios onde se situavam hotéis foram demolidos e a revitalização da prefeitura mostrou, cada vez mais, sua face higienista. Contudo, mesmo com a gestão afirmando o fim da Cracolândia, as pessoas seguiam no território, resistindo ao Estado e comprovando que a Cracolândia é itinerante e não acabaria facilmente, pois estará onde houver pessoas que se constituam como integrantes desse território. A Cracolândia é um território itinerante, que se desloca conforme as ações de repressão e intervenções exercidas, assim como também as próprias dinâmicas de relações internas^(11,19).

Em 2009, outras ações foram instituídas na região, como a “Ação Integrada Centro Legal”, que seguia os mesmos princípios da Operação Limpa e, assim como a anterior, não obteve os resultados esperados⁽²¹⁻²²⁾. Em janeiro de 2012, houve outra grande ação estatal, chamada de “Operação Sufoco”. Visivelmente, não objetivava o cuidado das pessoas que usavam drogas, mas a apropriação do território pelo poder público por meio de mais uma intervenção violenta e repressiva⁽⁶⁾. Essa nova tentativa do Estado em acabar com o fluxo de uso de drogas da região, utilizando de extrema força policial para expulsar as pessoas que usavam drogas daquele território, ganhou, na época, notoriedade nacional, especialmente, pelo debate sobre a internação compulsória. Porém, novamente, toda essa política permeada por repressão e falta de diálogo não obteve os resultados esperados pelos órgãos estatais envolvidos^(18-19,21).

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em 2012, ressaltou que, na maioria das intervenções, em especial a realizada em 2012, a violência contra a população é o carro-chefe das ações e, contudo,

reduz a complexidade da temática a estritamente uma questão de segurança pública e policial, não levando em conta a pluralidade que envolve o local e as pessoas que nele circulam. Coincidentemente, também em janeiro, mas do ano seguinte, novamente houve mais ações permeadas pela falta de direitos humanos para com as pessoas que usavam drogas na região, em especial por tratar-se das questões envolvendo a internação compulsória, que ganhou espaço na mídia e gerou grande embate entre diferentes parcelas da população, que apoiavam ou repudiavam tais intervenções⁽¹⁸⁾.

Muitos projetos, tanto municipais como estaduais, foram sendo colocados em prática ao longo dos anos, porém, a Cracolândia, constituída como uma espécie de território itinerante, foi se deslocando pelas adjacências. Muitas vezes, mudando de quadra ou perímetro, a depender do tipo de intervenção ou repressão exercida, além de suas próprias dinâmicas internas e, com isso, sempre se manteve “viva” e crescente pelas ruas do centro de São Paulo. A Cracolândia pode estar em constante migração e, assim, ressurgir a qualquer momento e em qualquer local da região⁽²⁰⁾. O fluxo pode ser comparado a uma fênix devido à sua capacidade de força e recomposição. Enquanto a coleta de dados para este estudo acontecia, foi possível acompanhar uma das mudanças, quando o fluxo migrou de uma quadra para outra, devido à construção da rede de esgotos dos prédios habitacionais que foram erguidos na Helvétia com Dino Bueno.

Como é possível perceber, a Cracolândia é repetidamente objeto estatal de inúmeras tentativas de reforma urbana e social. Ela segue sendo palco de enfrentamento entre diferentes agentes sociais, com forte apelo do Estado em controlar as pessoas que fazem uso de drogas cujo consumo já está territorializado, aliado a questões políticas e à grande especulação imobiliária da região^(6,11).

O derramamento de sangue tem ganhado força nas políticas do Estado. Em uma guerra, nunca há nenhuma preocupação com a singularidade do indivíduo e na guerra às drogas isso não é diferente. Em toda guerra, o outro reduz-se a objeto que pode ser isolado, torturado, encarcerado⁽⁵⁾. A Cracolândia vive uma eterna construção e reconstrução, seja dos laços afetivos ou de sua forma física e geográfica. As pessoas que ali se encontram veem constantemente sua vida destruída pela repressão social. Vivem no eterno movimento de recomeçar, que mostra a resistência daquela população, que vê seu território ocupado a todo o momento por ações da polícia e do Estado por meio de uma política desumana e higienista.

A relação autoritária e de violência gera uma resistência de quem sofre os abusos: são as trocas que seguem ocorrendo. Durante muito tempo e até os dias de hoje, essas pessoas encontram-se dentro de um

jogo de poder entre a Criminologia e a Psiquiatria, ora encarcerados na prisão, ora internados em hospitais psiquiátricos, mas sempre submetidos ao poder do Estado/Justiça/Segurança/Medicina por meio da disciplina e normalização. A luta diária das pessoas que usam drogas, assim como das ações do Programa de Redução de Danos (PRD), é para os usuários deixarem efetivamente de ser considerados como doentes que necessitam de cura para ser vistos como pessoas que necessitam de cuidado⁽²³⁾.

A partir da cultura é discutida a forma como os outros sujeitos serão tratados. Se, em determinada cultura, a forma de tratamento é guiada pela rivalidade, se o outro não é tratado como sujeito de direito, mas sim como objeto, em situação sub-humana, o discurso gerado será de ódio. Isso gera milhares de mortes causadas diariamente pela guerra às drogas e pela política proibicionista, que gera práticas voltadas apenas ao âmbito da justiça e segurança, desvalorizando o cuidado. Ao pensar em uma guerra na qual se está em campo de batalha, o que se almeja é vencer o inimigo e, para isso, o exército arma-se para a defesa e para o ataque⁽⁵⁾.

A prisão funciona como um filtro, com finalidades políticas e econômicas, servindo para isolar e confinar as pessoas indesejáveis do meio social⁽²⁴⁾. A polícia é usada, no território, como figura principal para materializar essa estratégia de limpeza e exclusão. Esses mecanismos representam a política higienista, que contagia o olhar da sociedade e traz a falsa impressão de que não há outras formas de cuidado. O Estado trata a questão do uso de drogas por meio de ações de limpeza e repressão. Isso não faz com que termine o consumo ou não existam mais usuários, apenas potencializa o estigma e dificulta o acesso dos mesmos aos serviços. Essa guerra invisibiliza as pessoas que usam drogas e as coloca ainda mais em situação de risco⁽¹¹⁾.

A repressão policial está presente na Cracolândia diariamente. A presença da segurança, tanto pública como privada, faz parte do cotidiano do local. Policiais fazem-se presentes, todos os dias, para vigiar as pessoas que usam drogas e controlar o território. Isto reflete na grande circulação e no trânsito desta população pela região, obrigada a movimentar-se de rua em rua, quadra em quadra, esquina em esquina, como tentativa de fugir da visão e das ações da polícia^(11,25).

A Cracolândia, portanto, ao invés do que muitos pensam, não é um local com ausência do Estado, pelo contrário, ele faz-se presente, ajudando ou reprimindo, punindo ou cuidando, deixando morrer ou dando oportunidade de vida, a depender da maneira como resolve agir e das pessoas que estão por trás da ação. Um exemplo são as duas esferas estatais mais presentes no local: a segurança pública, representada pela repressão, e a assistência médica, representada pela saúde. Longe de caminharem juntas, baseiam suas ações em ideias opostas

e têm suas relações permeadas por desentendimentos e desacordos, pois pensam e agem de forma totalmente diferente dentro do território e na forma de pensar as pessoas que nele estão inseridas⁽¹⁰⁾.

Ainda hoje a Redução de Danos é muito criticada por alguns segmentos da sociedade, como a Igreja Católica e a polícia, por exemplo. Ambas enxergam a Redução de Danos na ótica do estímulo ao uso de drogas e como um serviço que defende usuários e traficantes. Não compreendem a complexidade das ações que visam à saúde destas pessoas e à diminuição dos danos causados pelo uso ou abuso de drogas, que garantem o direito à saúde, que já é assegurado pela Constituição Federal. Muitos obstáculos da implementação das ações de Redução de Danos deram-se e dão-se, até os dias de hoje, em razão da repressão policial, que desconhece o significado e a importância do trabalho e ainda acredita que o tratamento para as pessoas que usam drogas deve ser baseado em julgamentos morais, violência, preconceito, intolerância, abstinência, internação e exclusão social⁽²⁵⁻²⁶⁾.

Não é de hoje que o Estado tenta extinguir a cena de uso da Cracolândia. Como relatado anteriormente, em quase todos os anos ocorrem grandes operações policiais e/ou assistenciais visando, em especial, a chamar a atenção da sociedade, por meio da grande mídia, de que o Estado tenta fazer algo para controlar a situação. Porém, os resultados das operações são inexistentes, visto que tudo volta a ser como antes. O que ocorre é apenas uma movimentação das pessoas que frequentam o território, mas não a retirada efetiva delas da região⁽¹⁰⁾.

Durante uma pesquisa de campo pelas ruas do centro de São Paulo, notavam-se diversos usuários espalhados e muitos policiais e viaturas ao redor. Tal fato corrobora a tese de que a repressão policial, constante naquele território, faz com que haja certa mudança na dinâmica dos usuários ocuparem os espaços, obrigando-os, muitas vezes, a circular pela região, sem fixarem-se em um único local, reforçando novamente que a Cracolândia está onde estão as pessoas; ela existe não apenas como espaço geográfico, mas como o mundo daqueles indivíduos e irá aonde eles forem⁽²¹⁾.

A ação policial na região da Cracolândia e nas cenas de uso é constante, não apenas com o intuito de repressão de crimes, mas também com o objetivo de organização e normatização da população usuária de drogas ou em situação de rua, que vive ou se encontra naquele território. A presença da força policial sempre foi forte na região, visando a desestabilizar a atividade dos usuários e tentando criar um movimento que resulte na saída dos mesmos. Porém, em contrapartida, essas ações não são eficazes, visto que não há estratégias para tratamento e cuidado desta população. A questão da higienização sempre permaneceu forte para o Estado,

mesmo já se mostrando tão ineficaz quanto a falta das ações de Políticas Públicas para o cuidado e acolhimento desta população⁽²⁵⁻²⁶⁾.

As limpezas que ocorrem diariamente no fluxo são resultados dessa política de higienização e invisibilidade das pessoas que permanecem resistindo do lado de dentro. As limpezas são responsabilidade da Prefeitura Municipal e realizadas por uma empresa terceirizada. De praxe, elas ocorrem de três a quatro vezes ao dia, pela manhã, à tarde e à noite. A presença da GCM no território é justificada como forma de proteção aos profissionais no processo da limpeza das ruas, porém, sabe-se que não é isso que a polícia fica 24 horas por dia fazendo no território.

A população presente na Cracolândia traça uma grande linha imaginária entre a figura do agente de segurança e do agente de saúde, justamente pela maneira como é tratada. Tudo o que vivencia nas mãos dos agentes de segurança pública ou privada faz com que as pessoas que circulam naquele território tenham uma imagem da segurança como ameaçadora, que não está ali para cuidar, somente para punir. Portanto, para os usuários, a polícia é uma esfera que não caminha do mesmo lado que eles, mas caminha do lado oposto. Além da segurança, outro serviço público que é forte e constante no local é a saúde. Porém, muitas vezes, o Estado utiliza as ações de saúde pública para justificar as intervenções higienistas⁽¹⁰⁾.

Na maioria das vezes, a polícia não oferece solução para a vulnerabilidade do território e das pessoas que lá se encontram, apenas reforça ainda mais a violência urbana, abusando de agressividade e violência e, muitas vezes, infringindo os direitos humanos e de cidadania daquela população⁽¹⁰⁾.

A Cracolândia e as cenas de uso de drogas são locais ideais para que os gestores da segurança pública exerçam o poder que historicamente lhes foi concedido, justificando as violentas abordagens, prisões e violações dos direitos humanos que ocorrem nas ações exercidas⁽¹⁰⁾. Todas essas ações truculentas e repressivas reforçam o estigma que se tem sobre as pessoas que usam drogas como criminosas e que merecem ser tratadas de forma desumana. Intervenções repressivas e violentas são uma tentativa de suprir a necessidade de controle social e autoridade presente na história da esfera da segurança pública.

A repressão policial somente reforça a falta de políticas e ações de cuidado e acolhimento⁽²⁶⁾. Sabe-se que ocorre uma força policial de forma gratuita contra a população da Cracolândia, externando uma tirania desnecessária, como se as pessoas daquele local merecessem ser humilhadas pela condição em que vivem, e isso ultrapassa o papel do Estado, que deveria ser manter a ordem pública, tornando-se instrumento de poder⁽¹⁰⁾.

Este estudo, apesar de abordar a problemática da violência policial de forma aprofundada, por meio de uma etnografia, tem seu foco em um único espaço, não podendo, dessa forma, ser generalizado. No entanto, essa limitação não reduz a importância dos resultados e da discussão sobre a temática da violência policial, observada e problematizada por aqueles que sofrem com ela e não pelos que a produzem, gerenciam e incentivam.

Considerações finais

A violência policial foi uma das questões mais impactantes que tornaram a pesquisa mais pesada e sofrida. A guerra instaurada no território da Cracolândia é baseada em uma política higienista, deseja retirar os corpos indesejáveis, modificar e moldar uma cultura e é importante pensar nessa relação estabelecida entre o fluxo e a força do Estado. As relações de trocas não ocorrem apenas de forma positiva, há também a dívida para o bem e para o mal. Os dons e as dívidas ultrapassam apenas as relações positivas, mas devem ser interpretados de acordo com as relações que se estabelecem, sejam essas de paz ou de guerra. A violência é uma relação vertical e autoritária na qual ocorrem trocas. A polícia atira bomba e, em troca, existem a morte e o sofrimento.

A “guerra às drogas” ganhou força na década de 80 por inúmeras razões. Desde o fracasso econômico, o desemprego, o sucateamento da educação pública, o aumento da violência urbana, até o crescimento das favelas e periferias. Nesse cenário, no qual ainda se vive, a “guerra às drogas” fracassou, servindo como exercício de controle social permeado pelo poder e violência policial e estatal. Ao focalizar esforços para combater o tráfico, a polícia assume a função de controle das classes mais vulneráveis.

Nesse sentido, é necessário problematizar e aprofundar as relações estabelecidas entre o Estado e a população que faz uso de substâncias psicoativas em espaços compartilhados por diferentes pessoas, objetivando, ao fim, questionar e propor uma revisão das políticas de segurança e combate às drogas vigentes, que não se mostram eficazes no cuidado e na segurança dos brasileiros.

Referências

1. Camargo PO. A visão da mulher usuária de cocaína crack sobre a experiência da maternidade: vivência entre mãe e filho. [Dissertação de Mestrado]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas; 2014 [Acesso 23 abr 2021]. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pgenfermagem/files/2015/10/eb160de1de89d9058fcb0b968dbbbd68.pdf>
2. Romanini M, Roso A. Media and crack: promoting health or reinforcing relations of domination?. *Psicol*

- Ciênc Profissão. 2012;32(1):82-97. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000100007>
3. Alves HNP, Ribeiro M, Castro DS. Dependência Química: prevenção, tratamento e políticas públicas. In: Diehl A, Cordeiro DC, Laranjeira R. *Cocaína e Crack*. Porto Alegre (RS): Artmed; 2013. p. 170-9.
 4. Ferreira RZ. O sentido antropológico de dons e dádivas entre grupos de usuários de crack e outras drogas. [Dissertação de Mestrado]. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas; 2012. [Acesso 23 abr 2021]. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/pgenfermagem/files/2015/10/8613985ec49eb8f757ae6439e879bb2a.pdf>
 5. Bastos ADA, Alberti S. Crack! Harm reduction has stopped, or was the death drive? *Psicol USP*. 2018;29(2):212-25. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420170100>
 6. Rui T. Usage of "Luz" and "cracolândia": fieldwork of spatial practices. *Saúde Soc*. 2014;23(1):61-74. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100007>
 7. Calil TG, Costa RM. O trabalho de campo do Centro de Convivência É de Lei. In: Centro de Convivência É de Lei, organizador. *Cultura, juventudes e redução de danos*. São Paulo (SP): Córrego; 2015. p. 17-39.
 8. Nasser MMS. No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2016. [Acesso 23 abr 2021]. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10032017-142143/publico/2016_MarinaMattarSoukef_VOrig.pdf
 9. Arruda MSB. A Cracolândia muito além do crack. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2014. [Acesso 23 abr 2021]. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-06112014-130632/publico/Dissertacao_Marcel_Arruda.pdf
 10. Rui T. Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na "cracolândia". *Rev Bras Seg Pública*. [Internet]. 2012 [Acesso 23 abr 2021];6(2):336-51. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:mcb8hKyjDXYJ:revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/124/121+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>
 11. Costa RM. Mil Fitas na Cracolândia: Amanhã é Domingo e a Craco Resiste. [Dissertação de Mestrado em Filosofia]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2017. [Acesso 23 abr 2021]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-18012018-125836/pt-br.php>
 12. Raupp LM, Adorno RCF. Crack usage circuits in the downtown area of the city of São Paulo (SP, Brazil). *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011;16(5):2613-22. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000500031>
 13. Passos EH, Souza TP. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas». *Psicol Soc*. 2011;23(1):154-62. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>
 14. Santos VE, Soares CB, Campos CMS. Harm reduction: analysis of the concepts that guide practices in Brazil. *Physis Rev Saúde Coletiva*. 2010;20(3):995-1015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312010000300016>
 15. Godoy A, Gomes BR, Sant'Anna M, Costa RM, editores. *Fórum Estadual de Redução de Danos do Estado de São Paulo*. São Paulo (SP): Córrego; 2014. 118 p.
 16. Geertz C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro (RJ): LTC; 2008. 224 p.
 17. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2010. 470 p.
 18. Costa RM, Calil TG. O Trabalho de campo – experiências do É de Lei na Cracolândia. In: Godoy A, Gomes BR, Sant'Anna M, Costa RM, editores. *Fórum Estadual de Redução de Danos do Estado de São Paulo*. São Paulo (SP): Córrego; 2014. p. 61-73.
 19. Raupp LM, Adorno RCF. Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades. *Rev Bras Adolesc Conflitual*. 2011;1(4):52-67. doi: <https://doi.org/10.17921/2176-5626.n4p%25p>
 20. Calil TG, Costa RM. O trabalho de campo do Centro de Convivência É de Lei. In: Centro de Convivência É de Lei. *Cultura, juventudes e redução de danos*. São Paulo: Córrego, 2015. p. 17-39.
 21. Frúgoli H, Spaggiari E. Da "cracolândia" aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*. 2010;4(6):1-25. doi: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1870>
 22. Frúgoli H Jr, Cavalcanti M. Territorialidade da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropol*. 2018 [Acesso 24 abril 2021];38(2):73-97. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6858>
 23. Passos EH, Souza TP. Harm reduction and public health: building alternatives to global policy of "war on drugs". *Psicol Soc*. 2011;23(1):154-62. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017>
 24. Foucault M. *Vigiar e Punir*. 40ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2012. 296 p.
 25. Machado LV, Boarini ML. Drug policies in Brazil: the harm reduction strategy. *Psicol Ciênc Prof*. 2013;33(3):580-95. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000300006>
 26. Gomes BR, Adorno RCF. Becoming "noia": trajectory and social suffering in the "uses of crack" in the city centre of São Paulo. *Etnográfica*. 2011;15(3):569-86. doi: <https://doi.org/10.4000/etnografica.1076>

Contribuição dos autores

Concepção e planejamento do estudo: Paola de Oliveira Camargo, Michele Madagará de Oliveira.

Obtenção dos dados: Paola de Oliveira Camargo.
Análise e interpretação dos dados: Paola de Oliveira Camargo, Michele Madagará de Oliveira, Duília Sadrês Carvalho Lemos, Camila Irigohé Ramos. **Redação do manuscrito:** Paola de Oliveira Camargo, Michele Madagará de Oliveira, Duília Sadrês Carvalho Lemos, Camila Irigohé Ramos. **Revisão crítica do manuscrito:** Paola de Oliveira Camargo, Michele Madagará de Oliveira, Duília Sadrês Carvalho Lemos, Camila Irigohé Ramos.

Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflito de interesse: os autores declararam que não há conflito de interesse.

Recebido: 23.11.2020

Aceito: 14.04.2021

Autor correspondente:
Duília Sadrês Carvalho Lemos
E-mail: duilia.carvalho@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-6561-1561>

Copyright © 2022 SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.
Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY.

Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.